



---

## A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

---

### ACADEMIC PRODUCTION IN RURAL EDUCATION IN THE GRADUATE PROGRAMS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PIAUÍ

---

### PRODUCCIÓN ACADÉMICA EN EDUCACIÓN RURAL EN LOS PROGRAMAS DE POSGRADO DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE PIAUÍ

---

Maria Clara de Sousa Costa 

Marli Clementino Gonçalves 

#### RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar a produção sobre Educação Rural/Educação do Campo nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí desde sua fundação até o ano de 2018. Esta pesquisa é de cunho qualitativo, tendo como estratégia central de coleta de dados a análise documental. O presente estudo evidenciou uma baixa produção acadêmica acerca das questões da Educação do Campo, que, apesar de ser uma área de estudo ainda recente, vem se expandindo gradativamente nas Universidades e nos Programas de Pós Graduação, em especial no estado do Piauí. Dentre os temas discutidos nesses trabalhos, destaca-se temática Práticas Educativas e Práticas Docente, com um maior número de trabalhos sobre o assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-graduação. Mestrado. Educação do Campo.

#### ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the production on Rural Education/Countryside Education in the post-graduation programs of the Federal University of Piauí since its foundation until the year 2018. This research is qualitative in nature, with document analysis as the central strategy for data collection. The present research evidenced a low academic production about the issues of /Countryside Education, which, despite being a still recent area of study, has been increasingly expanded in universities and Graduate Programs, especially in the state of Piauí. Among the themes discussed in these works, the theme Educational Practices and Teaching Practices stands out, with a larger number of works on the subject.

**KEYWORDS:** Post Graduation. Master's Degree. Countryside Education.

#### RESUMÉN

El objetivo de este artículo fue analizar la producción sobre Educación Rural/Educación en el Campo en los programas de postgrado de la Universidad Federal de Piauí desde su fundación hasta el año 2018. Esta investigación es de carácter cualitativo, teniendo como estrategia central de recogida de datos el análisis documental. La presente investigación mostró una baja producción académica sobre los temas de Educación en el Campo, que, a pesar de ser un área de estudio aún reciente, se ha ido expandiendo cada vez más en las universidades y en los Programas de Posgrado, especialmente en el estado de Piauí. Entre los temas tratados en

estos trabajos, destaca el tema Prácticas Educativas y Prácticas de Enseñanza, con un mayor número de trabajos sobre el tema.

**PALABRAS CLAVE:** Postgraduación. Maestría. Educación rural.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, o campo sempre foi visto como um lugar atrasado e inferior à cidade, fadado, assim, a deixar de existir. Isso se dá por conta de uma visão política, econômica e culturalmente concebida, na qual o urbano, por meio de uma supervalorização, é colocado como o local mais desenvolvido, e, portanto, superior ao campo. A população que mora no campo sofreu com o abandono por parte do poder público, que negligencia a garantia de direitos humanos básicos, como trabalho, saúde, cidadania e educação de qualidade para todos. Esta leitura de desenvolvimento hierarquizada de cidade como o referencial de desenvolvimento e campo como atraso vem produzindo a negação de “políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2009, p.21).

O problema se agrava ainda mais quando falamos da educação para os povos do campo, ou seja, acampados e assentados da reforma agrária, pescadores, posseiros, seringueiros, indígenas, quilombolas, etc. A negação do direito à educação para estes povos materializa-se nos altos índices de analfabetismo, de evasão, na distorção idade-série e no distanciamento entre os saberes da escola e a realidade dos educandos (CALDART, 2009). Ao longo da história, a educação ofertada para as pessoas que moram no campo teve como objetivo atender aos interesses do Estado e aos ditames do capital, seja pela via da manutenção do homem no campo, seja pela necessidade de formação de um mercado consumidor ou pela qualificação da mão de obra para fomentar o desenvolvimento das grandes propriedades de terra. Esse modelo de educação é conhecido como Educação Rural e funcionou por muitos anos no Brasil. Isso se evidencia ao se analisar como a Educação Rural é tratada nas Constituições Federais até a década de 1960:

Na Constituição de 1934, pela primeira vez, aparece uma referência à educação rural, que se constituía a partir do modelo de dominação da elite latifundiária. As constituições de 1937 e 1946 evidenciam a mudança de poder da elite agrária para as emergentes elites industriais. [...] A Constituição de 1967 e a emenda de 1969, sob o controle ditatorial dos militares, reforçaram esse sistema. Somente na Constituição de 1988 é que a educação é, finalmente, promulgada como direito de todos (FERNANDES, 2009, p. 140).

Além disso, considerando que os conteúdos e metodologias das escolas rurais e urbanas eram os mesmos, compreende-se que a educação ofertada pelo Estado não respeitava as particularidades dos povos do campo, reforçando a negação do direito à educação à medida que contribuía para o abandono da escola por parte do aluno.

Em meados de 1970, de acordo Shiroma (2002), o regime militar já com algumas “fissuras irremediáveis em sua estrutura de apoio político” (p.17), voltou-se, então, para o desenvolvimento de programas e ações dirigidas às áreas mais pobres do país, como a zona rural. A educação perdia, assim, o seu caráter tecnocrático e se tornavam instrumento para tentar atenuar, em curto prazo, a situação de desigualdade regional e de pobreza decorrente do modelo econômico do regime. Dentre os projetos que foram desenvolvidos destacaram-se o Pólo Nordeste, Edurural, Programas de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano (PRODASEC), e do Meio Rural (PRONASEC), Programa de Educação Pré- Escolar (SHIROMA, 2002).

A luta pela escolarização dos camponeses e a proposta embrionária da construção de uma Educação do Campo, oposta à Educação Rural, são gestadas em meados da década de 1980, como uma demanda da realidade concreta que se apresentava já nas diversas ações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Os processos educacionais que se desdobravam nesse contexto desejavam a luta por escola no campo e também a construção de outra sociedade. De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2009), “a Educação do Campo nasce sobretudo de um outro olhar sobre o papel do campo em um projeto de desenvolvimento e sobre os diferentes sujeitos do campo”. Desse modo, aponta-se que a luta pela educação e a luta pela terra são pautas intrínsecas e complementares de um mesmo projeto societário, o qual tem como protagonista os movimentos sociais do campo. Caldart (2009) explica um pouco sobre a pedagogia desenvolvida nas escolas do MST:

Ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os Sem Terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se ‘filiar’ a uma delas, o MST tenta pôr todas elas em movimento e deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas num momento ou outro (CALDART, 2009, p. 98).

Caldart (2019) pontua, ainda, que não basta apenas ter escolas localizadas no campo, mas, sim, escolas do campo, ou seja, escolas que atendam às necessidades dos camponeses e às especificidades da vida no campo. E isso só pode ser alcançado através de uma escola que tenha uma proposta de currículo e um projeto político pedagógico vinculados às causas dos povos do campo. Nas palavras de Caldart (2009, p. 98) “não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele”. Isso ressalta a importância da criação de um projeto de educação diretamente ligado a um projeto de desenvolvimento do campo, de modo que um não pode estar desvinculado do outro.

A Educação do Campo se concretiza em 1997 no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Neste encontro, os envolvidos discutiram sobre o tipo de educação que lhes era ofertado, questionando os projetos de desenvolvimento pensados pelo Estado, que não coincidiam com o projeto de emancipação e fortalecimento do meio rural. De acordo com Caldart (2008, p. 69), “o conceito de Educação do Campo é

novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes”.

A autora chama atenção para a importância de compreender que esse não é um conceito fechado, mas está em constante movimento, bem como a luta dos povos do campo. Isso porque a “materialidade de origem (ou de raiz) da Educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre na tríade: Campo – Política Pública – Educação. É a relação, na maioria das vezes, tensa, entre esses termos que constitui da novidade histórica do fenômeno que batizamos de Educação do Campo” (CALDART, 2008, p.70).

Em síntese, Michelotti (2008, p. 93) conclui que uma educação voltada para o campo compreende:

As relações entre a produção camponesa como base para um projeto de desenvolvimento camponês que resgata sua cidadania plena, historicamente negada, e que o coloque como sujeito protagonista de sua construção a partir de sua capacidade de organização, de luta e de produção dos conhecimentos necessários para esse projeto.

Os contornos de uma política de educação específica para o campo se iniciam com o Parecer CNE nº 36/2001, um importante estudo do tratamento conferido à educação do campo nas Constituições Brasileiras, produzido pela Prof. Edla Araújo Lira Soares. No texto, a autora ressalta que:

Há que se registrar na abordagem dada pela maioria dos textos constitucionais, um tratamento periférico da educação escolar do campo. É uma perspectiva residual e condizente, salvo conjunturas específicas, com interesses de grupos hegemônicos na sociedade. As alterações nesta tendência, quando identificadas, decorrem da presença dos movimentos sociais do campo no cenário nacional (BRASIL, 2001, p. 18).

Outro ponto destacado pela autora do parecer é que a Constituição Cidadã de 1988 já proclama a educação como direito de todos e dever do Estado, transformando-a em direito público subjetivo, independentemente de os cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Nesse mesmo sentido, a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) –, no artigo 28º estabelece que na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III. adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Contudo, apesar destes dispositivos legais, na prática, a Educação do Campo fica à margem na pauta das políticas públicas nacionais. A luta por uma educação voltada para o fortalecimento do território camponês materializou-se com a regulamentação das Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída pela Resolução CNE nº 1/2002. Essas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal” (BRASIL, 2002, p. 33).

Hoje, quase 20 anos após a instituição dessas Diretrizes, muitos ainda são os desafios enfrentados pelas escolas do campo no país, e apesar de as dificuldades serem presentes tanto no meio rural quanto no meio urbano, nas áreas rurais a situação é ainda mais agravante, visto que nesse meio constam os maiores índices de analfabetismo, menores números de escolas, professores menos qualificados e com baixos salários. Em relação à infraestrutura, “as escolas do campo são as escolas dos sem: sem biblioteca, sem laboratório de ciência, sem internet, sem informática e sem energia elétrica” (OLIVEIRA; MOLINA; MONTENEGRO, 2011, p. 79).

Por isso, ressalta-se a importância de pesquisas científicas que tragam visibilidade para esses problemas, através de denúncias e problematizações, e que ponham em pauta a questão da Educação do Campo no cenário nacional. Diante disso, o objetivo geral deste artigo foi analisar a produção acadêmica sobre Educação Rural/Educação do Campo (mestrado) nos programas de pós-graduação da UFPI desde sua fundação até o ano de 2018. Elencou-se como objetivos específicos: quantificar o número de dissertações sobre Educação Rural/Educação do Campo nos programas de pós-graduação da UFPI - Campus Ministro Petrônio Portela; e elucidar as principais temáticas abordadas no âmbito das dissertações sobre Educação Rural/Educação do Campo. Foi feito, ainda, um esforço para analisar a qualidade dos resumos das dissertações coletadas, tendo como referência os critérios da regra NBR 6028, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para resumos de trabalhos científicos.

## NOTA METODOLÓGICA

Esta pesquisa é quanti-qualitativa, e tem como estratégia central a análise de documentos. A análise documental baseia-se na seleção, análise e apresentação de dados a partir de documentos. Documentos são impressões deixadas num objeto físico por um ser humano e pode apresentar-se sob forma de fotografias, de filmes [...], impressa (a forma mais comum), entre outras (CALADO, 2004-2005). Cellard (2008, p. 296) complementa que documento é “tudo que é vestígio do passado, tudo que de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’. O uso de documentos para a pesquisa traz uma riqueza de informações, que podem ser utilizadas em várias áreas das ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto à sua contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA;

GUINDANI, 2009).

A escolha do instrumento metodológico de análise de documentos se deu de acordo com a natureza da pesquisa e do referencial teórico utilizado. Encontramos nessa metodologia algumas vantagens que se fizeram necessárias à pesquisa, como baixo custo para aquisição das informações, a possibilidade de obter informações passadas e não observadas ou assistidas. A principal diferença entre a análise documental e bibliográfica diz respeito à natureza das fontes, assim, os documentos podem denotar sentidos diferentes a depender da sua fonte e do conhecimento do leitor (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Na área da Educação, tem-se variadas fontes documentais. Para a realização deste artigo foram analisados os resumos de dissertações dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portela que tratam sobre Educação do Campo/Educação Rural. Primeiramente, foi realizado um levantamento de todos os programas de pós-graduação vinculados ao Campus Ministro Petrônio Portela no endereço eletrônico da UFPI. Nesse primeiro mapeamento, foram coletados dados básicos desses programas, como ano de criação, linhas de pesquisa, link para o repositório e nota da última avaliação da CAPES. A partir desses dados, foi possível identificar quais programas apresentam produções que tratam sobre a Educação Rural/Educação do Campo.

Em seguida, os resumos das dissertações defendidas nesses programas foram coletados e analisados minuciosamente, utilizando os seguintes critérios: título, autor, orientador, ano, objeto, objetivo, metodologia, referencial, resultados e palavras-chaves. A partir dessa análise, em especial dos títulos e palavras-chaves das pesquisas levantadas, foi possível elucidar as principais temáticas discutidas nesses trabalhos, e, assim, classificá-los por eixos temáticos. Esses eixos temáticos surgiram após análise dos trabalhos pesquisados, ou seja, não foram colocados a priori, mas durante a construção da presente pesquisa, de acordo com a capacidade de interpretação e análise das pesquisadoras. Ao total, foram construídos 7 eixos temáticos, são eles: História e Política da Educação Rural (Eixo 01); Práticas Educativas e Práticas Docentes (Eixo 02); Pedagogia da Alternância e Escolas Famílias Agrícolas (Eixo 03); Formação Inicial e Continuada de Professores (Eixo 04); Políticas Públicas, Programas e Projetos Sociais (Eixo 05); Juventudes Rurais e Relação Rural-Urbano (Eixo 06); Alfabetização, Letramento e Variação Linguística (Eixo 07).

Foi feito, ainda, um esforço para realizar a análise da qualidade dos resumos das dissertações coletadas, tendo como referência os critérios da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) para resumos de trabalhos científicos. Classificamos os resumos dos trabalhos analisados em: completo (evidencia com clareza a problemática de estudo, objetivo(s), estratégia metodológica, base teórica, resultados alcançados); parcialmente completo (evidencia com clareza no mínimo três critérios relacionados ao resumo completo); incompleto (evidencia menos de três itens do resumo completo); superficial (não evidencia com clareza a problemática de estudo, objetivo(s), estratégia metodológica, base teórica,

resultados alcançados). Vale ressaltar que a regra da ABNT se modificou ao longo dos anos, dessa forma, a classificação aqui feita não necessariamente define que o trabalho não tenha atendido às regras vigentes na época de sua elaboração, correndo, assim, o risco de ser cometido um anacronismo ao se analisar o passado pelo presente.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM CAMPO CIENTÍFICO EM CONSTRUÇÃO**

As primeiras discussões sobre a Educação do Campo, segundo alguns estudos, tiveram início no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997. De acordo Cherobin (2018), vários autores afirmam que as primeiras reflexões sobre a Educação do Campo tiveram como referência as práticas educativas realizadas pelo MST, que aproximavam sua discussão à luta pela terra, ao enfrentamento de classes sociais antagônicas e ao confronto à lógica da educação no capitalismo. Em uma pesquisa realizada por Souza (2011), que investigou trabalhos sobre Educação e/no MST realizados no período de 1987 a 2009, registrou-se 230 pesquisas acerca do tema nos programas de pós-graduação em educação. Esses estudos analisam temas como:

Organização do trabalho pedagógico e projeto político pedagógico; Formação de professores; Práticas educativa e temas relacionados ao PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária; Ensino Médio e formação para a cooperação; Educação de jovens e adultos; Papel da escola e da educação na reforma agrária; Consciência política; Identidade; Trabalho e Educação do Campo como política pública. Problematizam-se a educação escolar e a educação que ocorre na caminhada do movimento social (SOUZA, 2011, p. 91).

Apoiando-se ainda em Cherobin (2018), compreende-se que a produção do conhecimento expressa uma visão de mundo que se articula com os objetivos, as estratégias, as escolhas teórico-políticas que os diversos autores utilizam em seus estudos e escritos e que acabam por evidenciar com quais projetos societários suas produções buscam contribuir, demonstrando tendências.

De acordo com Bourdieu (1976, p. 89), a estrutura de um campo científico encontra-se no processo de reconhecimento e legitimidade conferidos àqueles que dele participam. Para o autor, “o tipo de luta científico-política pela legitimidade depende da estrutura que se forja no interior de cada campo de saber, que é também condicionada por fatores a ele externos”. Dessa forma, no âmbito da produção do conhecimento científico sempre haverá o dominante – que possui o reconhecimento do capital científico –, e o dominado – que necessita ter reconhecida a importância do seu capital (BOURDIEU, 1976).

No Brasil, a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) exerce um importante papel na produção e divulgação de pesquisas em diversas áreas educacionais. A criação do GT Movimentos Sociais na ANPED contribui para a ampliação das reflexões sobre os

movimentos sociais e as lutas por escola pública, além de fortalecer o debate sobre os aspectos educativos (não-formais) presentes nos movimentos sociais. Segundo Cherobin (2018), os trabalhos na área de Educação do Campo podem ser classificados em três tendências:

Uma em que se defende ser necessário considerar estritamente a realidade, a diversidade e a cultura dos povos do campo nas discussões sobre a Política de Educação do Campo; outra em que se defende a Política de Educação do Campo como um direito subjetivo; e por fim, outra em que se discute a Política de Educação do Campo como demanda da classe trabalhadora que desenvolve-se na luta de classes na atualidade (CHEROBIN, 2018, p. 325).

O autor mencionado ressalta a importância de se compreender que nas reflexões apontadas pelos autores dos trabalhos precisa ser levada em conta a análise sobre a Política de Educação do Campo, e que há diferenças, divergências e contradições entre eles. Isso evidencia que há diferentes compreensões sobre educação, Estado, política, etc., e, como consequência, diferentes concepções de mundo e de projeto societário.

Cherobin (2018) salienta que a Educação do Campo precisa ser compreendida no âmbito da luta de classes, que se expressa tanto no campo quanto na cidade, caso contrário, torna-se uma abstração. Para Vendramini (2010, p. 133) “as pesquisas sobre Educação do Campo precisam ser vinculadas às contradições e às mudanças relacionadas ao trabalho e ao trabalhador”. Para Souza (2011), alguns princípios dessa epistemologia são:

O conhecimento é construído na experiência coletiva. 2) É validado na prática social. 3) Dialogicidade, registro e sistematização da prática vivida. 4) Mediação com os conhecimentos historicamente construídos. 5) Autogestão como princípio de organização do trabalho pedagógico. 6) Diferentes tempos, espaços e sujeitos permitem indagar a prática social (SOUZA, 2011, p. 98).

Outro aspecto a ser destacado no que se refere à epistemologia discutida nas pesquisas sobre a Educação do Campo é o caráter interdisciplinar predominante nas práticas educativas desenvolvidas no campo. Isso porque uma educação voltada para o campo deve englobar as diversas e complexas dimensões que compõem o campo, são estas as dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais. “Entendemos a interdisciplinaridade a partir de uma determinada teoria do conhecimento que explica como o conhecimento é produzido em dadas relações sociais de produção e como nos tornamos seres humanos e conhecemos o que está para além de nós” (TAFAREL; JUNIOR, 2011, p. 194).

Diante do exposto, é relevante frisar a importância de pesquisas que discutam as diferentes esferas da Educação do Campo e suas peculiaridades. A pesquisa para os movimentos sociais do campo, além da produção sistemática e rigorosa do conhecimento da realidade, deve propiciar a qualificação da intervenção dos militantes nos diferentes espaços de atuação e deve contribuir para o avanço da organização dos desafios a serem enfrentados. Portanto, o silenciamento, o esquecimento e até o desinteresse sobre o meio rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico preocupante.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO NOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

A partir do endereço eletrônico da UFPI foi mapeado um universo de 39 programas de pós-graduação ativos vinculados ao Campus Central Ministro Petrônio Portela. Desse total, apenas 5 programas apresentaram dissertações que tratam da temática Educação Rural/ Educação do Campo. Esse dado ressalta a escassez de produções científicas na área, não somente em nível nacional, mas, em especial, no estado do Piauí, fato já apontado pelos autores que discutem o assunto.

Após o acesso ao endereço eletrônico desses programas foram coletadas informações básicas como o ano de criação, linhas de pesquisas, avaliação da CAPES e link dos repositórios. A partir dessas informações, foi possível traçar um perfil dos programas que apresentam produções acerca da temática Educação do Campo/ Educação Rural, observando, assim, diferenças e aproximações entre eles. Esses dados estão apresentados no Quadro 01.

**Quadro 1.** Dados Gerais dos programas de pós-graduação da UFPI que apresentam dissertações sobre Educação do Campo/Educação Rural.

<b>Sigla</b>	<b>Ano de Criação</b>	<b>Linhas de Pesquisa</b>	<b>Avaliação Capes</b>
PPGED	1993	Formação de professores e práticas da docência. História da Educação. Formação Humana e Processos Educativos. Políticas Educacionais e Gestão da Educação. Educação, Diversidade, Diferença e Inclusão.	4
PPGEO	2011	Ensino de Geografia. Estudos Regionais Geoambientais	3
PPGEL	2003	Texto, Discursos e Gêneros. Gramática e Léxico. Variação da Diversidade. Literatura, Cultura e Sociedade. Linguagem e Discurso: Análise e Variação. Gramática e Léxico: Descrição e Ensino. Texto, Discurso e Gêneros como Práticas Sociais. Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos. Literatura, Cultura e Sociedade. Linguagem e Discurso: Análise	3

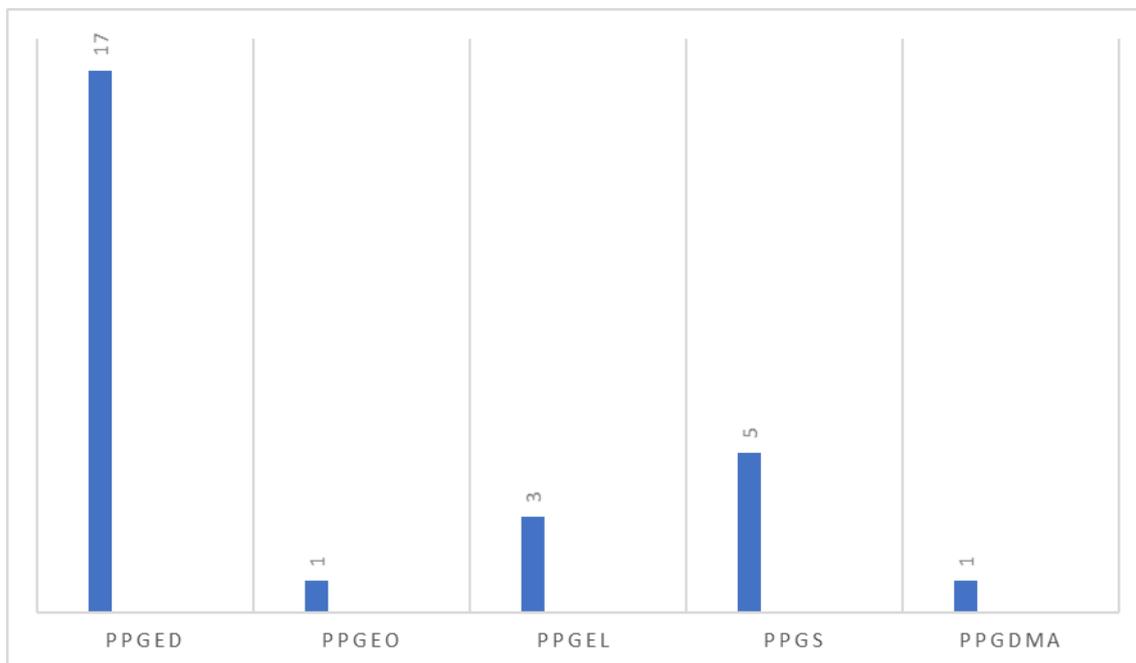
		e Variação. Gramática e Léxico: Descrição e Ensino. Texto, Discurso e Gêneros como Práticas Sociais. Variação/Diversidade Linguística, Oralidade e Letramentos. Literatura, Cultura e Sociedade.	
PPGS	2011	Gênero e Geração. Territorialidades, Sustentabilidades, Ruralidades e Urbanidades. Estado e Sociedade: Trabalho, Educação, Atores Políticos e Desigualdades Sociais.	3
PPGDMA	2002	Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais.	4

Fonte: organização das autoras a partir de dados disponibilizados no endereço eletrônico dos programas.

De acordo as informações do Quadro 1, é possível observar que a maioria dos programas estão ligados à área da educação e licenciaturas, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL). Esse fato pode indicar uma concentração das discussões sobre educação para o meio rural nos espaços que discutem estritamente aspectos educacionais, havendo, assim, uma necessidade de expansão de bases teóricas e metodológicas que possam abranger os demais aspectos já apontados da Educação do Campo, como os sociais, políticos e econômicos. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), tem enfoque predominante nas discussões sociais, apresenta uma linha de pesquisa denominada “Estado e Sociedade: Trabalho, Educação, Atores Políticos e Desigualdades Sociais”, a qual cita a educação. Apenas o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PPGDMA) difere da área da educação, este traz as seguintes linhas de pesquisa: “Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente; Biodiversidade e Utilização Sustentável dos Recursos Naturais”, que são voltadas para questões ambientais.

Após a análise dos resumos das dissertações defendidas nesses 5 programas, foram identificadas, ao total, 27 dissertações que abordam a temática da educação destinada aos povos do campo. Foram utilizados como critérios para esta classificação os já citados anteriormente, foi observado, em especial, se os resumos desses trabalhos apresentam no título ou palavras-chaves os termos: Educação do Campo/ Educação Rural. O número de dissertações encontradas por programa está representado no Gráfico 01.

**Gráfico 1.** Quantidade de dissertações por programa de pós-graduação que investigaram a Educação Rural/Educação do Campo - UFPI.



Fonte: organização das autoras a partir de dados disponibilizados no endereço eletrônico dos programas.

O programa que apresenta o maior número de dissertações tratando da temática em estudo é o Programa de Pós-Graduação em Educação, com 17 trabalhos. Muitos fatores podem ser associados a esse índice, como o fato de este ter sido o primeiro mestrado instituído no estado do Piauí, há cerca de 20 anos atrás. Outro fator importante é a presença de pesquisadores no programa que já vêm realizando estudos na área da Educação do Campo e que são membros do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo (NUPECAMPO) e do Fórum Piauiense de Educação do Campo (FOPEC), importantes instituições no movimento pela Educação do Campo no estado do Piauí.

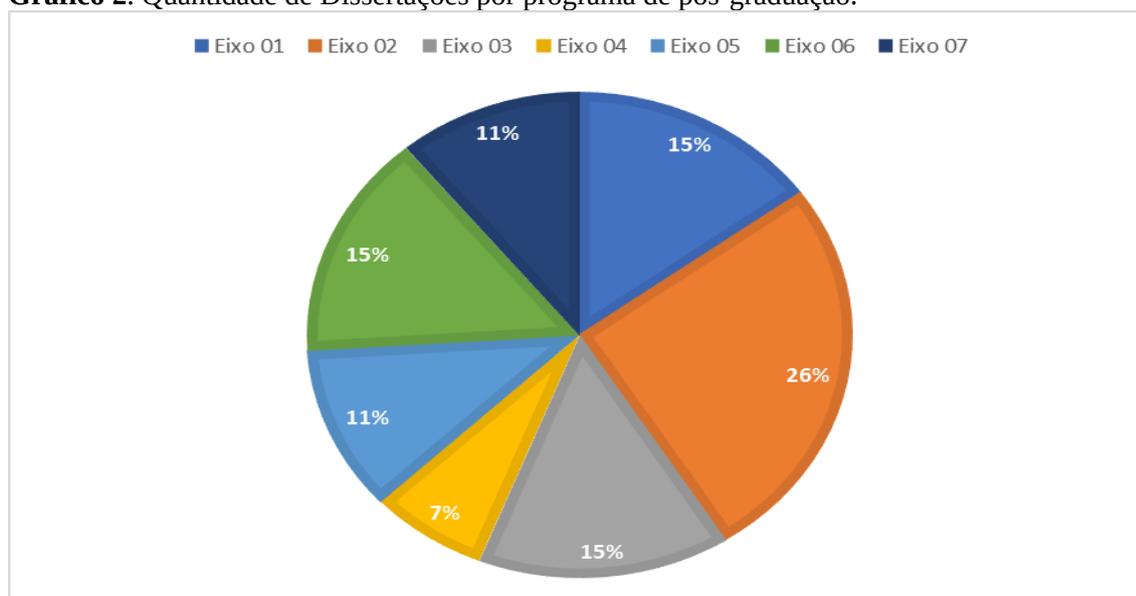
Em segundo lugar, em relação à quantidade de dissertações, está o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, com 5 trabalhos, estes voltados basicamente para as ciências humanas e sociais. O Programa é considerado recente, tendo sido instituído no ano de 2011, e hoje conta com três linhas de pesquisa. Em seguida, temos o Programa de Pós-Graduação em Letras, com 3 dissertações que abordam questões linguísticas e literárias que envolvem os sujeitos do campo. Com um menor número de trabalhos está o Programa de Pós-Graduação em Geografia e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, ambos com apenas 1 dissertação. A dissertação encontrada no PPGO trata da prática educativa desenvolvida no ensino de geografia em uma escola de assentamento, já o trabalho do PPGDMA versa sobre atividades socioprodutivas desenvolvidas no campo.

Ao analisar alguns trabalhos que versam sobre a produção acadêmica na Educação do Campo, os autores tais como Gonçalves e Hayashi (2016); Cavalcante e Batista (204), apontam as dificuldades para elaboração de eixos que sejam suficientes para dar conta da

complexidade dessa área de estudo. Isso se dá por conta da própria pluralidade inerente ao movimento por uma educação voltada para o campo, bem como dos sujeitos que a compõem. Outro fator importante a ser destacado são os diferentes espaços em que essas pesquisas vêm sendo desenvolvidas, considerando as particularidades da realidade de cada lugar e como isso influencia, também, nos processos de desenvolvimento de pesquisas.

A partir dos resumos coletados, foi realizado um processo de categorização desses trabalhos em eixos temáticos, tendo como referência diferentes vertentes das discussões que envolvem a Educação do Campo e a capacidade de análise e interpretação das autoras desta pesquisa. Essa sistematização tem como intuito elucidar as principais temáticas que vêm sendo discutidas na área da Educação do Campo no estado do Piauí e contribuir para uma maior compreensão e expansão da área, apontando avanços e possíveis lacunas nesse processo. Os eixos foram definidos com base no tema em enfoque nas dissertações analisadas, procurando, assim, demarcar grupos de trabalhos em comum. A quantidade de dissertações classificadas em cada eixo temático está representada no Gráfico 2.

**Gráfico 2.** Quantidade de Dissertações por programa de pós-graduação.



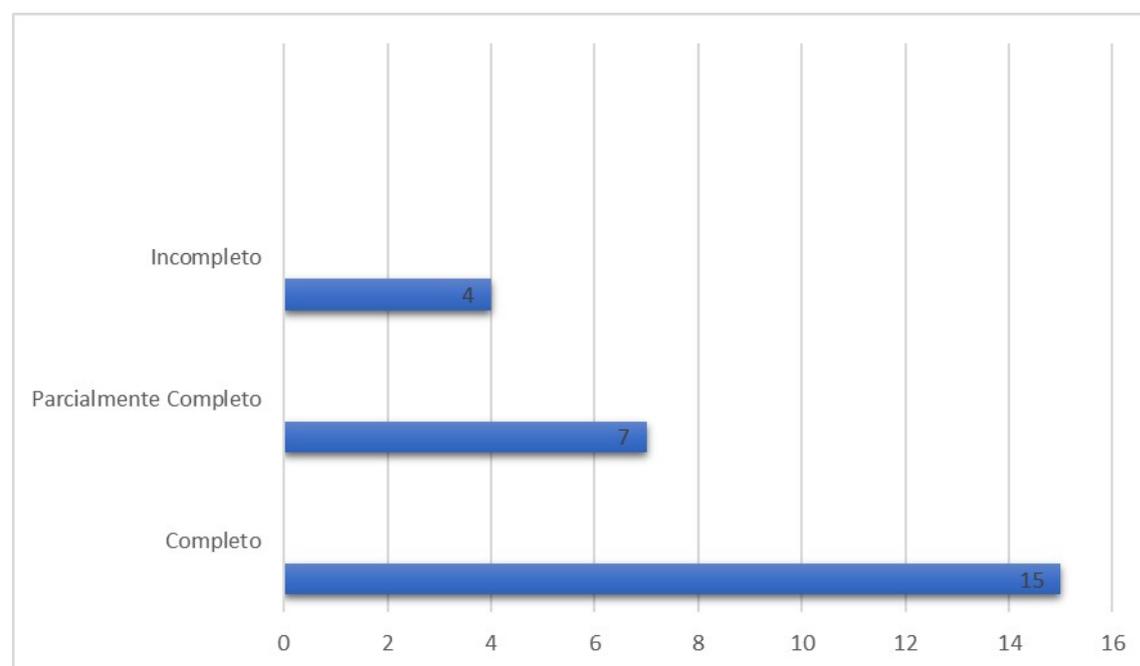
Fonte: organização das autoras a partir de dados disponibilizados no endereço eletrônico dos programas.

O eixo que mais apresentou produções foi o Eixo 02 - Práticas Educativas e Práticas Docentes, com 7 dissertações (26%). Em seguida, temos os Eixo 01 - História e Política da Educação Rural, Eixo 03 - Pedagogia da Alternância e Escolas Famílias Agrícolas, Eixo 06 - Juventudes Rurais e Relação Rural-Urbano, todos com 4 trabalhos (15%). O Eixo 05 - Políticas Públicas, Programas e Projetos Sociais e o Eixo 07 - Alfabetização, Letramento e Variação Linguística apresentaram 3 trabalhos (11%). Por fim, temos o Eixo 04 - Formação Inicial e Continuada de Professores, com apenas 2 trabalhos (7%).

O grande número de trabalhos no eixo Práticas Educativas e Práticas Docentes pode ser associado ao processo de construção de uma educação que atenda às necessidades do campo advindas das próprias práticas desenvolvidas pelos sujeitos do campo. Como os estudiosos apontam, deve haver uma educação não só feita para o campo, mas, também, construída pelo campo. Diante disso, surgem questionamentos acerca dos povos do campo que se tornam problemas de pesquisas, como: onde e em que processos formadores essa população constrói seus saberes, conhecimentos, valores, cultura e identidade? É importante que essas pautas sejam colocadas no centro das discussões das questões sociais e educacionais (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009).

Dessa forma, nos últimos anos, os pesquisadores da área como Cherobin (2018), vêm chamando atenção para a necessidade de ampliação desse referencial teórico metodológico. Muitos aspectos da Educação do Campo ainda precisam ser explorados com mais afinco, assim como a discussão do campo precisa cada vez mais ser ampliada nos diferentes centros, departamentos e programas de pós-graduação das universidades. É essencial que haja uma renovação dos espaços e dos temas de discussões sobre a luta dos movimentos sociais do campo, mesmo porque a própria luta pressupõe esse caráter de constante transformação e movimento. A classificação quanto a qualidade dos resumos, tendo como referência a regra para resumos científicos da ABNT citada anteriormente, está representada no Gráfico 03.

**Gráfico 3.** Quantidade de resumos Completos, Parcialmente Completos e Incompletos.



Fonte: Organização das autoras a partir de dados disponibilizados no endereço eletrônico dos Programas.

Dos 27 resumos analisados, 15 foram considerados completos, ou seja, atenderam a todos os critérios estabelecidos pela ABNT. 7 resumos foram considerados parcialmente completos,

pois apresentaram, no mínimo, 3 dos critérios estabelecidos, e 4 foram considerados incompletos, pois atenderam a menos de 3 critérios. Diante dessa análise, é possível inferir que mais da metade dos trabalhos pesquisados então de acordo com as regras da ABNT, fato positivo para a consolidação da Educação do Campo como área de conhecimento científico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das dissertações produzidas sobre Educação Rural/Educação do Campo nos Programas de Pós-Graduação da UFPI a pesquisa evidenciou uma baixa produção acadêmica sobre esta temática. A Educação do Campo apesar de ser uma área de estudo ainda recente, vem se expandido cada vez mais nas universidades e nos programas de pós-graduação, em especial no estado do Piauí. Dentre os temas discutidos nesses trabalhos, ressalta-se a temática Práticas Educativas e Práticas Docente, com um maior número de trabalhos sobre o assunto.

No que tange a qualidade dos resumos dos 27 trabalhos encontrados nos 5 Programas de Pós-Graduação da UFPI que trataram da temática em estudo, após análise foi possível identificar que a maioria dos resumos atendem as normas estabelecidas na ABNT - NBR 6028, ou seja, completos e parcialmente completos. Sendo poucos os resumos que não atendem a pelo menos três dos aspectos estabelecidos na ABNT.

É importante pontuar que, apesar dos avanços em relação ao modo como o campo vinha sendo tratado, ainda são grandes os desafios para que mais trabalhos sejam produzidos na área, dando visibilidade ao tema no âmbito da academia. Este esforço de sistematização e análise das produções no âmbito dos mestrados dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portela visa contribuir para o fortalecimento da Educação do Campo no Piauí e incentivar pesquisas futuras que possam preencher as lacunas e questionamentos aqui levantados.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez.; CALDART, Roseli Salette.; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 67-86.

BOURDIE, Pierre. Le champ scientifique. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 2, n°2-3, juin 1976.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2002

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 36/2001** - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996

CALADO, Silva. dos Santos.; FERREIRA, SILVIA, C. dos R. Análise de documentos: Método de recolha e análise de dados. Metodologia da investigação I. **DEFUL**, 2004/2005.

CALDART, Roseli Salette. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, n. 1, 2009. p. 35-64.

CALDART, Roseli Salette. Sobre a educação do campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Educação do campo: campo-políticas públicas-educação**. Brasília: MDA/Incrá, 2008.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **A produção e a socialização da pesquisa sobre a Educação do Campo a partir dos encontros de pesquisa e pós graduação do Norte e Nordeste (EPENN): período 2007 – 2011**. In: GOMES, Alfredo Macedo; LEAL, Telma Ferraz (org.) Recife: Editora da UFPE, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 295-316, 2008.

CHEROBIN, Fabiana. Fátima. Análise da produção acadêmica sobre política de educação do campo. **Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. III, nº 04, p. 313-330, jan.-jun./2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica C. (org.) **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salette. **Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório** In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). Por uma Educação do Campo. 4 edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONÇALVES, Taisa Grasiela Gomes Liduenha. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Educação do Campo: Contribuições para o estado da arte da produção científica (2007-2015). **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 46, p. 207-225, maio/ago. 2016.

MICHELOTTI, Fernando. **Educação do campo: reflexões a partir da tríade produção, - cidadania- pesquisa**. In: SANTOS, C. A. (Org.). Educação do campo: campo, políticas públicas. Brasília: Incra; MDA, 2008. p. 39-66.

OLIVEIRA, Lilians Lúcia Nunes de Aranha; MOLINA, Mônica Castagna Molina; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque. Panorama da Educação do Campo. In: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma

Isabel. **Educação do Campo**: Reflexões e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2011. p.47-80.

SÁ-SILVA, Jackson. Ronie. ALMEIDA, Cristóvão. Domingos. de. GUINDANI, Joel. Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 1, n. 1, jul. 2009.

SOUZA, Maria Antônia de. A educação do campo na investigação educacional: quais conhecimentos estão em construção? *In*: MUNARIM, Antônio; BELTRAME, Sônia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Isabel. **Educação do Campo**: Reflexões e Perspectivas. Florianópolis: Editora Insular, 2011. p.81-102.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TAFFAREL, Celi Zulke; JUNIOR, Cláudio de Lira Santos. Diretrizes curriculares para a educação do campo: uma contribuição ao debate. *In*: VENDRAMINI, Celia Regina; MACHADO, Lima Ferreira (orgs). **Escola e movimento social**: experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. p.183-216.

VENDRAMINI, Célia Regina. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. **Educação do campo e pesquisa II**, 2010.